

Liberalização postal: posicionamento dos ctt

Lisboa, 18 de Janeiro de 2011

CTT. Consigo por um futuro sustentável.



Índice

I. Enquadramento

- Serviços postais dos ctt em 2010
- Portugal no contexto da UE
 - Capitação postal e taxa de urbanização baixas
 - Cobertura postal acima da média europeia
 - Elevado peso dos custos com pessoal
- Concorrência / Licenciamento

II. Liberalização total - Transposição da 3ª Directiva Postal para Portugal

- Status da liberalização na UE
- Contexto da liberalização total
- Quadro regulatório: aspectos relevantes

III. Projecto de Proposta de Lei sobre Serviços Postais em Plena Concorrência

- Posição CTT

IV. Resposta do Grupo ctt aos desafios da Liberalização

I. Enquadramento

- Serviços postais dos ctt em 2010
- Portugal no contexto da UE
 - Capitação postal e taxa de urbanização baixas
 - Cobertura postal acima da média europeia
 - Elevado peso dos custos com pessoal
- Existência de concorrência / Licenciamento

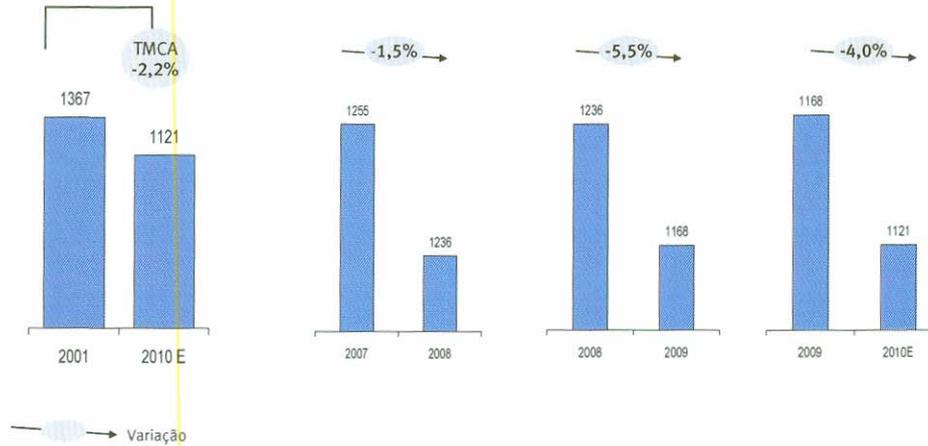
Serviços postais dos CTT em 2010

- Quebra significativa do tráfego postal (-4%) – vide slide pg. 4
- Prestação de Serviços de Correio (E): 515 M€ (-5%) [Total Proveitos do Grupo CTT (E) – 799 M €]
- Custos com Pessoal (E): 372 M€
 - % Prestação de Serviços de Correio: 72%
- N^o de trabalhadores : 13 074
- Responsabilidades com benefícios de reforma – cuidados de saúde
 - N^o de beneficiários – 49.000
 - Valor actual das responsabilidades (1^o S 2010): 343 M€
- Qualidade de serviço: elevado desempenho – vide pg. 5
- Densa cobertura postal: 884 Estações de Correio, 2013 Postos, 352 Centros de Distribuição Postal, 6396 giros; 4 Centros de Tratamento de Correio
- Contrato de Concessão: até Setembro de 2030

Tráfego postal: declínio acentuado



Unid.: M.objects



CTT

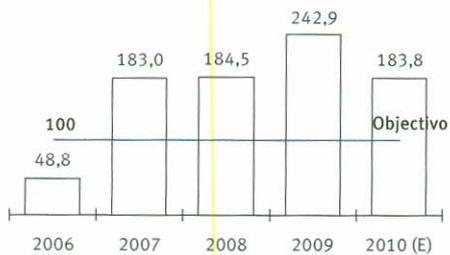
JANEIRO 2011

5

Qualidade de serviço: elevado desempenho

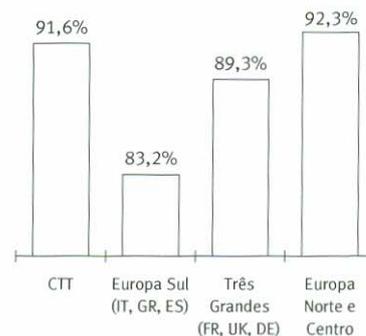


Convénio de Qualidade



- Supera objectivos do Convénio de Qualidade
- Supera média de congéneres europeus

Correio internacional de entrada (D+1)



(2010 E)

CTT

JANEIRO 2011

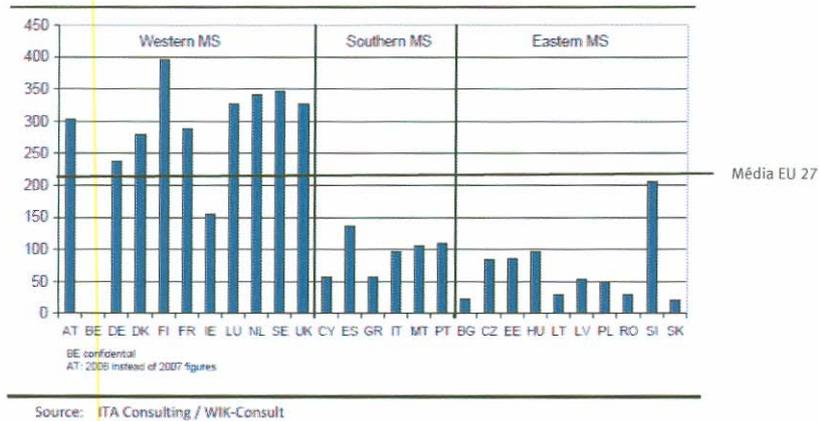
6

Portugal no contexto da UE (1)



- Portugal tem uma baixa capitação postal face ao contexto da UE

Letter post items per capita in 2007

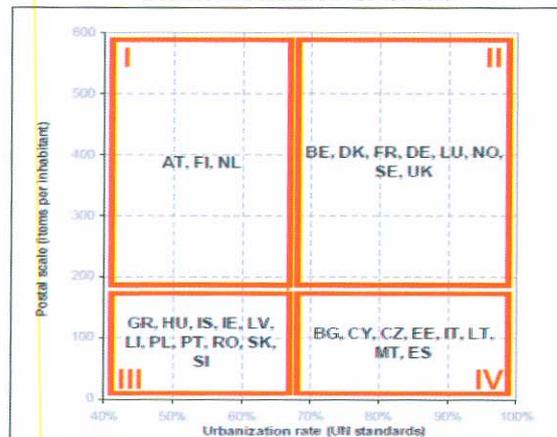


Portugal no contexto da UE (2)



- Portugal tem uma baixa capitação postal e uma baixa taxa de urbanização

Postal scale and urbanization rate



Fonte: "Economic factors underlying postal reform in the EU" - Michael A. Crew

Portugal no contexto da UE (3)



- Portugal tem uma cobertura postal 20% acima da média europeia



Portugal no contexto da UE (4)



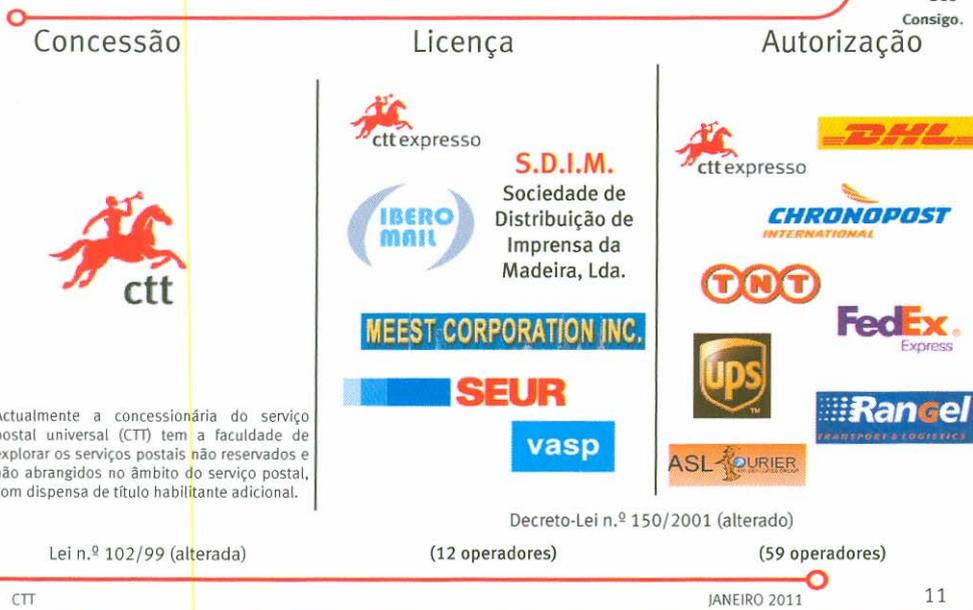
- Em Portugal a percentagem dos custos laborais nos custos totais é superior a 50%

Labour cost as a percentage of total cost for European NPOs



Source: ECORYS based on annual reports of NPOs for 2006.

Licenciamento / Concorrência em Portugal



II. Liberalização total -Transposição da 3ª Directiva Postal para Portugal

- Status da liberalização na UE
- Contexto da liberalização total
- Quadro regulatório: aspectos relevantes

Status da Liberalização na UE



- 3 “velocidades” no processo de liberalização:
 - Liberalização antes 2010
 - ✓ Total: Suécia (1993), Finlândia (1991), Reino Unido (2006), Alemanha (2008), Estónia e Holanda (2009)
 - ✓ Parcial: Espanha, Itália e Áustria (v.g. correio local e publicidade endereçada)
 - Até 2010/12/31: para 16 EM, onde se inclui Portugal
 - até 2012 para 11 EM, que inclui, principalmente, os países que mais recentemente aderiram à UE
- Algumas práticas de compensações do Estado pelo CLSU:
 - Espanha: > 90 M€/ano – 2005/2007
 - Itália: 2000 a 2008 – 3,5 mil M€; 706 M€ em 2008
 - Noruega: em 2009 recebe, a partir do OE, as compensações relativas a 2006-2008
- Designação do actual prestador SU (PSU) em todos os países

Contexto da liberalização em Portugal



- **Crise financeira e económica internacional** tem grande impacto em Portugal
 - Acelerou a quebra dos volumes de correio e a sua substituição tecnológica
- **Comunicações electrónicas** em geral e sua acessibilidade têm uma grande penetração (e são de alta qualidade) no nosso país
- Portugal tem um elevado número de **especificidades** a nível postal: território reduzido com baixa taxa de urbanização, baixa capitação postal, elevada densidade da infra-estrutura postal, *legacy cost* laboral, baixo nível de receitas, mercado postal sujeito a um elevado nível de contestabilidade, ...

Quadro regulatório: aspectos relevantes



1. Sustentabilidade do Serviço Universal
2. Âmbito do Serviço Universal
3. Preços
4. Financiamento do Serviço Universal
5. Regime de acesso ao mercado
6. Acesso à rede postal
7. Prazo de designação do prestador do Serviço Universal

1. Sustentabilidade do Serviço Universal



- Assegurar equilíbrio entre as condições de liberalização e a sustentabilidade do SU: o operador de SU tem de o prestar com plena acessibilidade e igualdade a todos os cidadãos
- CTT operam custos elevados em muitas rotas deficitárias, que não serão servidas pelos novos “entrantes”
- Incentivos ao *cream-skimming* irão pôr em causa a viabilidade do PSU
- Flexibilidade de actuação nos segmentos com maior pressão concorrencial
- Compensação para CLSU, incluindo fundo para o que contribuem todos os intervenientes no mercado (operadores e utilizadores)

2. Âmbito do Serviço Universal



- O conceito de SU deve evoluir de forma a reflectir a plena abertura do mercado
- A principal preocupação do SU deve ser a de assegurar às pessoas singulares, assim como às PME, o acesso a um núcleo de serviços basilares (o denominado correio *single piece*)
- As grandes empresas que efectuem remessas de correio em quantidade, com características particulares, não são tipicamente os destinatários das prestações do SU, mas sim o segmento mais atractivo do mercado e sujeito a fortes pressões concorrenciais
- Não alteração do âmbito do SU para as pessoas singulares e PME
- Exclusão do âmbito deste serviço as remessas do correio em quantidade, de modo a assegurar maior capacidade competitiva aos CTT no segmento mais atractivo do mercado

3. Preços



- Tarifa uniforme apenas no correio de cariz social
- Flexibilidade de preços para o correio em quantidade
- Liberdade para negociar contratos e preços
- Serviços fora do SU: regulação “*ex post*”

4. Financiamento do SU



- Sendo a prestação do SU uma incumbência primária do Estado, deve ser criado um mecanismo de financiamento que garanta aos CTT a compensação dos encargos incorridos na prestação do SU
- Salvaguardar na nova legislação o leque de possibilidades previstas na 3ª Directiva: financiamento através de um fundo de compensação, mas também através de fundos públicos
- Fundo de compensação:
 - Contribuição de todos os intervenientes no mercado (operadores e utilizadores)
 - Funcionamento efectivo do fundo é de extrema importância
- Existência de regras precisas, transparentes e compreensíveis para o cálculo do custo líquido do serviço universal
- Definição clara da noção de encargo financeiro não razoável

5. Regime de acesso ao mercado



- Licenciamento – Ter em conta que em Portugal o mercado é:
 - contestável em elevado grau
 - permeável a estratégias de *cream-skimming*
- Defesa da manutenção do regime legal actual: existência de licenças individuais e de autorizações gerais, consoante esteja ou não em causa a prestação de serviços incluídos no âmbito dos serviços que integram o SU
 - A dicotomia entre licenças individuais e autorizações gerais está expressamente prevista na 3ª Directiva
 - Entradas eficientes implicam condições ao nível dos serviços oferecidos (cobertura geográfica, frequência de distribuição, condições laborais) que devem estar expressas nas licenças a atribuir pelo regulador

6. Acesso à rede postal



- Acesso à rede do PSU
 - rede não é uma infra-estrutura essencial
 - pelo que não faz sentido impor acesso regulado à rede
- Acesso deve ser estabelecido através de condições negociadas
- Intervenção da autoridade reguladora (Anacom) apenas em caso de falta de acordo

7. Prazo de designação do prestador de SU



- Manutenção do prazo actual previsto no Contrato de Concessão: Setembro de 2030
 - Este prazo foi estabelecido já após o início do processo de liberalização progressiva do mercado postal
 - Enquanto concessionária do SU, os CTT têm responsabilidades para com os seus trabalhadores (e ex trabalhadores) no longo prazo
 - ✓ Responsabilidades com benefícios pós emprego não fundeadas (trabalhadores activos, reformados e seus dependentes: cerca de 49 000 pessoas): ónus muito significativo num horizonte de 20 anos
 - ✓ Estas responsabilidades estão estimadas (Junho 2010), em cerca de 343 M€ e têm uma duração de 19,8 anos

III. Projecto de Proposta de Lei sobre Serviços Postais

- Posição CTT

Projecto de Proposta de Lei sobre Serviços Postais

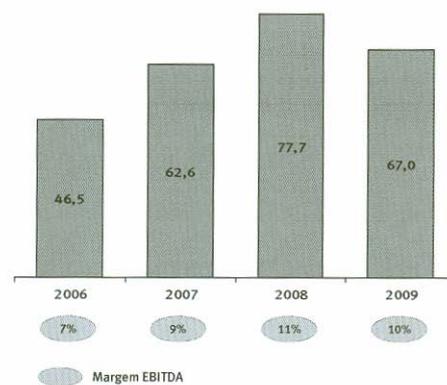
- Na sequência da proposta de Lei submetido a consulta pública (até 10 Janeiro 2011), os CTT manifestaram a seguinte posição:
 - ✓ A proposta de Lei encontra-se em geral em conformidade com a 3ª Directiva Postal: equilíbrio entre a plena liberalização e consequente promoção da concorrência e os direitos dos utilizadores; garantia da existência de um serviço postal universal e respectiva sustentabilidade económica
 - ✓ Mas revela ainda alguns pontos que, do ponto de vista dos CTT, carecem de melhor clarificação:
 - **Financiamento do SU:** salienta-se a concretização do regime aplicável, nomeadamente a definição de prazos para implementação do direito à compensação dos prestadores do serviço universal e do dever de definição, pelo regulador, de encargo financeiro não razoável;
 - **Acesso à rede e a elementos da infra-estrutura postal:** necessidade de ajustes nas normas que o regulam, no sentido de clarificar o princípio orientador nesta matéria (livre negociação do acesso por parte dos prestadores de serviços postais) e a competência do regulador para intervir;
 - **Impacto no Contrato de Concessão (CC):** o prazo de designação dos CTT como prestador do serviço universal (Dezembro 2025) coloca em causa os direitos dos CTT ao abrigo do CC celebrado com o Estado. Os CTT têm responsabilidades associadas ao CC que não se coadunam com a redução do período previsto no mesmo (de 30 anos). Este aspecto deve ser equacionado em sede de renegociação do CC. Os resultados a que se chegue nesta sede deverão ficar reflectidos na futura lei.

IV. Resposta do Grupo ctt aos desafios da Liberalização

Na perspectiva da liberalização total, os CTT, nos últimos anos, adoptaram um compromisso de redução de custos, de manutenção de níveis elevados de qualidade e de melhoria da sua rentabilidade

Evolução do EBITDA

Unid.: M.euros

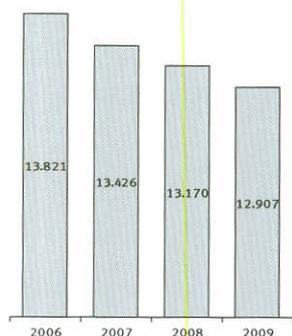


Fonte: Relatório e Contas 2006, 2007, 2008, 2009; dados em POC

De salientar a redução gradual e natural de efectivos e o controlo de custos ...

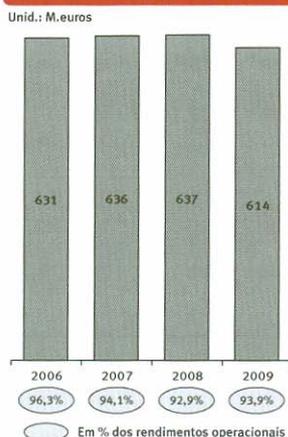


Efectivo global (CTT, S.A.)⁽¹⁾

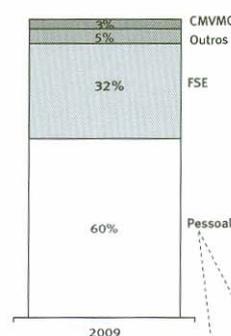


(1) Inclui efectivos do quadro e contratados a termo

Custos operacionais (CTT, S.A.)



Estrutura de custos (CTT, S.A.)



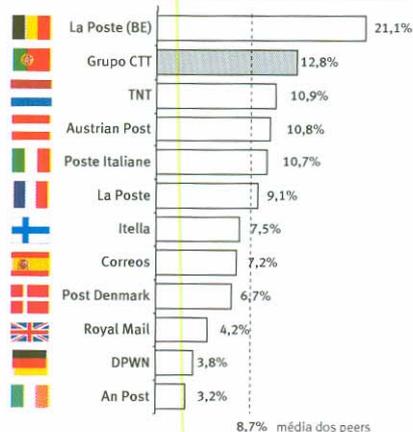
O trabalho a termo situa-se em -8% do total (em horas)

Fonte: Relatório e Contas 2006, 2007, 2008, 2009; dados em POC

...assim como a comparação favorável da rentabilidade dos CTT com os seus peers

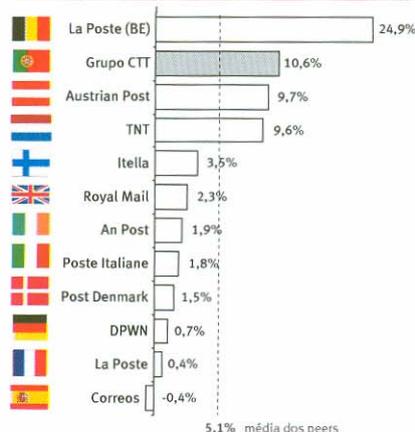


Comparação da margem EBITDA com os peers



Fonte: Relatórios e Contas 2009

Comparação do ROIC⁽¹⁾ com os peers



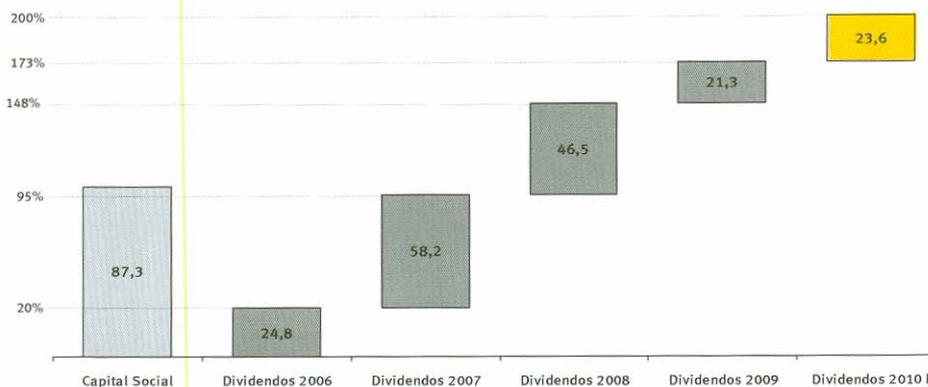
(1) ROIC = EBIT / (Activo líquido - Disponibilidades)

Tudo isto permitiu uma remuneração accionista, em 4 anos, de 173% do Capital Social, esperando-se atingir os 200% este ano



Unid.: M.euros

Dividendos e respectivo peso no Capital Social



CTT

JANEIRO 2011

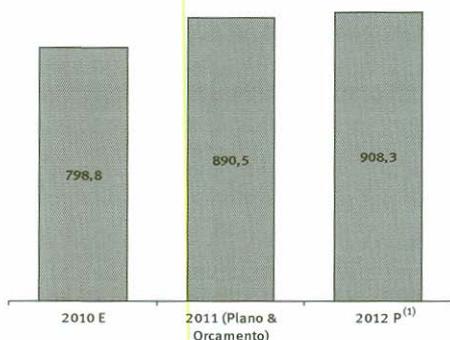
29

Mesmo em cenário de liberalização total, o Grupo CTT não deixa de revelar no horizonte 2012 uma forte ambição de evolução da actividade assente num conjunto de iniciativas e programas de acção



Proveitos estimados para o horizonte 2012

Unid.: M.euros



Iniciativas / Áreas de actuação identificadas

- Alargamento do perímetro de actuação do Grupo CTT, nomeadamente a nível internacional, por via de processos de aquisição/parcerias (M&A)
- Aposta na inovação, nomeadamente associada às actividades *core* (correio) e afins (Encomendas e Expresso, serviços financeiros, serviços de retalho), assim como no lançamento/reforço de novos negócios no âmbito da fileira digital (ViaCTT, Mailmanager, Phone-ix, serviços geo-referenciados...)
- Iniciativas que garantam uma resposta eficaz à concorrência (modelos de distribuição alternativa eficientes, expansão do programa de mecanização do correio, utilização de soluções RFID na monitorização da QS, solução de Track & Trace corporativa, reformulação do portefólio postal,...)

(1) Considera taxa de crescimento de 2% prevista no Plano CTT 2012

CTT

JANEIRO 2011

30